

REQUERIMENTO Nº , DE 2026
(Dos Srs. Dimas Gadelha e Alexandre Lindenmeyer)

Requer a realização de audiência pública no âmbito da CFFC para debater, com a participação da CGU, ações destinadas à promoção de integridade, governança e transparência nas instituições e serviços públicos.

Senhor Presidente,
Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos arts. 24, inciso VII, e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que esta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize audiência pública com a participação de representante da Controladoria-Geral da União (CGU), a fim de debater ações destinadas à promoção de integridade, governança e transparência nas instituições e serviços públicos.

JUSTIFICATIVA

Em fevereiro do presente ano, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou o resultado de pesquisa segundo a qual a confiança dos brasileiros nas instituições públicas aumentou 12 pontos percentuais entre 2022 e 2025, alcançando 38%, o maior crescimento registrado na América Latina e no Caribe no período. Intitulado “*OECD Survey on Drivers of Trust in Public Institutions in Latin America and the Caribbean*”, o estudo revela que, em três anos, o Brasil passou de patamar próximo ou abaixo da média regional para nível de confiança institucional superior à média da América Latina. A pesquisa da OCDE ouviu amostra representativa de cerca de 2 mil cidadãos brasileiros, abrangendo todas as regiões do país e diferentes perfis socioeconômicos.

O levantamento avaliou aspectos de integridade pública, governança institucional, digitalização de serviços, acesso a programas e benefícios públicos, além do incremento na participação social e no controle social, entre outros. No resultado, destaca-se, entre os indicadores, a confiança no serviço público, que alcançou 42%, correspondendo a 10 pontos acima da média latino-americana. A pesquisa aponta avanços na percepção dos cidadãos sobre a qualidade dos serviços públicos administrativos, que, segundo a avaliação popular, atendem melhor à população – crescimento de 22% entre 2022 e 2025, chegando a 54%. A satisfação com a educação pública (45%) aumentou 15 pontos percentuais, sendo o maior avanço registrado entre os países da região, enquanto a satisfação com o Sistema Único de Saúde (SUS) resceu dez pontos (44%), posicionando o Brasil acima da média latino-americana.



A OCDE citou os Conselhos de Usuários de Serviços Públicos e o canal Fala.BR, criados para ampliar a participação da sociedade na avaliação dos serviços governamentais e ambos administrados pela Controladoria-Geral da União (CGU). Dentre as iniciativas da CGU, a organização internacional, destacou, ainda, o uso do robô ALICE (Analisador de Licitações, Contratos e Editais), ferramenta de inteligência artificial que contribuiu para economia da ordem de R\$ 5 bilhões no período de 2022 a 2025.

A CGU é o órgão central do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal (SITAI), insituído em 2023 pelo Decreto nº 11.529, com o o objetivo de ampliar a efetividade dos programas de integridade dos ministérios, autarquias e fundações públicas – em conformidade com o Decreto nº 9.203, de 2017, que dispões sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Com o objetivo de melhor conhecer as medidas que contribuíram para os resultados divulgados pela recente pesquisa da OCDE, proponho convidar representante da Controladoria-Geral da União para debater, em audiência pública, ações destinadas à promoção de integridade, governança e transparência nas instituições e serviços públicos.

Conto com o apoio dos Senhores Deputados para a aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, em 11 de março de 2026.

Deputado Dimas Gadelha
(PT-RJ)

Deputado Alexandre Lindenmeyer
(PT-RS)





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Infoleg - Autenticador

Requerimento

Deputado(s)

- 1 Dep. Dimas Gadelha (PT/RJ) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Alexandre Lindenmeyer (PT/RS)

Apresentação: 12/03/2026 14:08:21.287 - CFFC

REQ n.49/2026



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD267619178300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dimas Gadelha e outros